



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

**CLIPPING
6 de julho
de 2021**

Defesa de Lucas Porto tem cinco dias para recorrer da decisão de júri

A defesa de Lucas Leite Ribeiro Porto tem até cinco dias para interpor recurso de apelação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para recorrer da decisão da sentença do **Tribunal do Júri** que o condenou a 39 anos de cadeia pelos crimes de estupro e assassinato da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa, de 33 anos, ocorrido no dia 13 de novembro de 2016, no Turu. A sessão do Júri Popular foi realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, com início no último dia 30, finalizando na durante a madrugada de segunda-feira, 5.

Após o anúncio da sentença, a defesa de Porto afirmou que vai recorrer da decisão judicial do **Tribunal do Júri**. Os advogados de Porto podem impetrar recurso de apelação no Tribunal de Justiça do Maranhão, com o objetivo de reformar ou anular a decisão do **Tribunal do Júri**, com prazo máximo de cinco dias para fazê-lo. O prazo somente começa a contar a partir da intimação da sentença judicial.

Além do recurso de apelação, a defesa de Porto também pode entrar com o pedido de habeas corpus tanto no Tribunal de Justiça, ou instâncias superiores, como no Supremo Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Condenação Lucas Porto foi condenado, em Júri Popular, a 30 anos de prisão por homicídio com quatro qualificadoras, sendo feminicídio, asfixia, impossibilidade de defesa e ocultação de provas; e mais nove anos de reclusão pelo crime de estupro, totalizando a pena de 39 anos de reclusão em regime inicialmente fechado.

O juiz da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**, José Ribamar Goulart Heluy Júnior, que presidiu a sessão judicial, negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade e afirmou que o fato de Porto estar preso há quatro anos não é relevante para a diminuição da pena.

Na sentença, o magistrado afirmou não considerar boa a conduta social do réu, porque tinha compulsão por furtar objetos em lojas. Porto, conforme a sentença, também não demonstrou arrependimento.

"Muito pelo contrário, demonstra frieza em seu comportamento durante e após a consumação dos crimes, fato esse externado perante a família e

amigos, consolando a mãe e o esposo da vítima, sua própria esposa e outros familiares", frisou o juiz.

Porto podia ter a pena diminuída, caso confessasse o crime. Porém, de acordo com o magistrado, o réu negou a confissão prestada às autoridades policiais, na presença de três advogados. Diante disso, e do fato de o crime ter três qualificadoras, a pena foi aumentada ao máximo.

Após o julgamento, Porto retornou ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde está custodiado desde 2016.

Testemunhas O julgamento teve como representantes do **Ministério Público** os promotores de Justiça, Marco Aurélio Ramos e André Alcântara, na acusação, auxiliados por uma equipe de nove assistentes de acusação.

A defesa do réu foi feita por oito advogados.

No primeiro dia da audiência, 30 de junho, foram ouvidas quatro testemunhas. Uma delas foi o médico psiquiatra do Hospital Nina Rodrigues, Hamilton Raposo, que fez o laudo de sanidade mental em Lucas Porto. A segunda testemunha foi o médico legista José Wanderley, que confirmou a autoria do laudo cadavérico, feito no mês de novembro de 2016. Também foram ouvidos o médico João Batista Silva Júnior, que atendeu a vítima no dia do crime; e o vizinho da vítima, Ivaldo Prado Filho.

No segundo dia do julgamento foram ouvidas mais cinco testemunhas.

A primeira foi Leila Cortez, que era vizinha de Mariana Costa e, de acordo com a polícia, foi quem prestou socorro à vítima. Ela afirmou no plenário que levou a publicitária para um hospital, na capital, mas ela já estava sem vida.

Outra testemunha ouvida foi Felipe André, assistente técnico levado pela defesa de Porto. Ele falou sobre os dados que constavam no celular do acusado, logo após ter sido preso.

A sessão judicial foi paralisada para que os jurados analisassem a solicitação feita pela defesa de Porto, sobre a realização de nova perícia no celular de

Mariana Costa, mas o conselho de sentença não achou necessário.

Também nesse dia ocorreu a oitiva da testemunha Ricardo Caires, que foi arrolado pela defesa de Porto e é um dos assistentes técnicos.

Ele é especialista em áudio e vídeo e realizou, a pedido da defesa, uma perícia nas câmeras de segurança onde residia a vítima. No período da noite ainda foram ouvidas mais duas testemunhas arroladas pela defesa de Porto. Uma delas foi Antônio José, médico psiquiatra, e a outra testemunha foi a psicóloga Evelyn Ribeiro. Ela tinha sido a terapeuta do acusado e contatada para fazer o perfil e análise psicológica do réu.

A sessão do julgamento da sexta-feira, 2, continuou sendo marcada pela oitiva de testemunhas. Uma das primeiras a serem ouvidas foi o médico e assistente técnico contratado pela defesa de Porto, Marco Aurélio Guimarães. Ele contestou uma série de pontos sobre o laudo pericial feito pela Polícia Técnica do Maranhão.

Entre elas, o fato de ter laudo cadavérico, mas não ter acesso as imagens do corpo de Mariana Costa. Um outro ponto que o exame pericial teria sido feito pelo legista durante o período da noite e as lesões encontradas no corpo da vítima podem ter sido ocasionadas durante o transporte dela de sua residência até o hospital como também durante o procedimento médico.

A outra testemunha foi a médica perita Ana Paula de Sousa Veloso, arrolada pela defesa de Porto. Ela declarou que o laudo pericial não confirmou lesões genitais ou paragenitais que indicassem caso de violência sexual, mas o laudo comprovou a presença de sêmen.

A irmã da vítima e ex-esposa de Porto, Carolina Costa, também foi uma das testemunhas ouvidas na sexta-feira, 2. Ela declarou em plenário que, após receber a informação que Mariana Costa estava passando mal, pediu para Porto ir até o apartamento da vítima. Em seguida, disse que seguiu com o ex-marido ao hospital para onde Mariana havia sido levada. Somente nesse dia, cinco testemunhas foram ouvidas no plenário.

No quarto dia de audiência, dia 3, foram ouvidas sete testemunhas.

Entre elas, a irmã da vítima; um delegado da Polícia Civil, um vizinho da publicitária, o marido da pessoa que levou Mariana ao hospital, a cunhada do viúvo da vítima e a mãe do réu.

Debates e sentença No quinto dia da audiência, no

período da tarde, aconteceu o depoimento de Lucas Porto, que não teve a presença da imprensa e público, por serem utilizadas nele peças que estão em segredo de Justiça. Depois de quatro horas, o depoimento foi encerrado e começaram os debates entre a defesa e a acusação (**Ministério Público**). A tese defendida pelos promotores de Justiça. Marco Aurélio Ramos e André Alcântara, era que Porto tinha violentando sexualmente e assassinado por asfixia Maria Costa. Foi pedida a pena máxima pelos dois crimes.

Enquanto, a defesa de Porto defendeu a tese de que Mariana Costa teve morte natural e os laudos mostravam ausência de violência. Os advogados afirmaram na plenária que a vítima tinha um relacionamento extraconjugal com o réu.

Também contestaram o laudo pericial feito pela Polícia Técnica do Maranhão.

Após cinco horas de debates, incluindo réplica e tréplica, os sete jurados do Conselho de Sentença se reuniram na sala secreta, no fórum, na madrugada de segunda-feira, 5, e decidiram pela condenação do réu Lucas Porto.

A dosimetria da pena foi feita pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, 39 anos de reclusão em regime inicialmente fechado, pelos crimes de homicídio e violência sexual.

Rede municipal prevê volta às aulas presenciais para agosto

Com o avanço da imunização em **São Luís**, em mais de 80% da população que pode ser vacinada, a Prefeitura de **São Luís**, por meio da Secretaria **Municipal de Educação** (Semed), está planejando o retorno gradual das **aulas** presenciais dos alunos da rede **municipal** para o segundo semestre de 2021. Ainda sem data oficial, a previsão do retorno é para o mês de agosto, e deve começar pela Unidade **Educação** Básica (UEB) Senador Miguel Lins, na região do Ipase de Baixo.

Na última quinta-feira, 1º, o secretário **municipal de educação**, Marco Moura, se reuniu na Câmara **Municipal** com a Comissão de **Educação**, Cultura, Desporto e Lazer, para definir protocolos e medidas para que o retorno das **aulas** presenciais ocorra de forma segura.

"A previsão é de que os estudantes só retornem às escolas a partir do segundo semestre, provavelmente, em agosto e, de forma gradual", afirmou Marco Moura, acrescentando que não tinha como especificar uma data, pois era necessário a autorização para **vacinação** das crianças e adolescentes.

Durante a reunião, também foi abordado a respeito das mudanças estruturais necessárias em algumas escolas, para receber os alunos de forma adequada durante o segundo semestre. De acordo com a Semed no início do ano foi realizado um diagnóstico nos prédios que abrigam as escolas, para constatar os **problemas** físicos. A partir daí, foi possível verificar quais escolas precisavam das intervenções necessárias para receber os alunos no segundo semestre. Durante a reunião, o secretário apresentou um relatório das reformas já executadas em algumas unidades escolares e as que necessitam com maior urgência, além de ações de fortalecimento no ensino remoto.

Procurada por O **Estado**, a Secretaria **Municipal de Educação** (Semed) informou, em nota, que está elaborando um protocolo sanitário com a participação da Vigilância Epidemiológica de **São Luís** (SVES). O documento possui a ciência e a colaboração das Promotorias de **Educação (Ministério Público)**, do Conselho **Municipal de Educação** (CME), do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede **Municipal de São Luís** (SindEducação) e de representantes das famílias dos alunos. Em paralelo a

isso, a Semed ressalta que **São Luís** é a capital brasileira com a **vacinação** mais avançada em todo o Brasil e foi a primeira capital do Nordeste a vacinar os profissionais da **educação**, dando a condição principal para o retorno das **aulas** presenciais.

Riscos De acordo com o epidemiologista Antônio Augusto Moura, o retorno das **aulas** durante um momento de alta transmissão no **estado**, e sem a imunização de crianças e adolescentes, pode aumentar o número de casos nos mais jovens.

"Neste momento a transmissão da doença no **Maranhão** ainda é alta ou muito alta, segundo dados da Fiocruz.

Como a maioria dos grupos escolares ainda não estão vacinados, o retorno às **aulas** agora provavelmente vai provocar um aumento da transmissão entre os jovens. É necessário aguardar a amplificação da **vacinação** e que a transmissão esteja baixa para se indicar o retorno às atividades presenciais", destacou o epidemiologista.

Na última segunda-feira, 28, o prefeito Eduardo Braide (Podemos), anunciou em entrevista ao Globo- News, pedido de autorização ao Ministério da **Saúde** para dar início à **vacinação** em adolescentes de 12 a 17 anos de idade contra a **Covid-19** na capital. De acordo com o gestor, isso é possível uma vez que o **município** já conseguiu aplicar pelo menos a primeira dose de **vacina** em cerca de 84% da população adulta.

Ele também citou o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter autorizado a utilização da **vacina** Pfizer em adolescentes a partir de 12 anos no país.

Esse público, contudo, ainda não entrou no cronograma do Plano Nacional de Imunização (PNI), porque a maior parte das cidades do país ainda não avançou no processo de **vacinação**.

Se o Ministério da **Saúde** conceder a autorização, **São Luís** pode se tornar a primeira capital do país a vacinar adolescentes desta faixa etária

Martelo batido - ESTADO MAIOR

ESTADO MAIOR

As definições partidárias começaram a se consolidar.

Primeiro foi Flávio Dino que decidiu deixar o PCdoB e se filiar ao PSB. Em seguida, o MDB definiu sua direção estadual ao eleger a ex-governadora Roseana Sarney como presidente da legenda, cuja missão é reorganizar o partido para a disputa eleitoral de 2022.

Agora, foi a vez do ex-prefeito de **São Luís**, Edivaldo Júnior, fechar questão em torno do PSD. Ele conversava também com a direção nacional do PTB e do PROS, mas se definiu pelo PSD. Esta semana, ele deve anunciar que se filiará ao partido comandado por Gilberto Kassab. O evento de filiação, no entanto, ocorrerá somente em agosto.

Edivaldo se encaixa no projeto eleitoral do PSD, que é ter candidaturas aos governos no maior número de estados possível. E, claro, candidaturas com chances reais de vitória nas urnas.

Com a filiação, Edivaldo terá o quarto maior partido do Brasil, o que garante estrutura com o fundo partidário e ainda tempo de televisão e rádio na campanha eleitoral.

Além da questão partidária, o ex-prefeito de **São Luís** poderá se tornar uma opção para quem busca alternativa do grupo do governador Flávio Dino. Ou pode até ser a chamada terceira via do grupo do governador, já que Edivaldo não se coloca como oposição ao Palácio dos Leões.

O ex-prefeito de **São Luís**, Edivaldo Holanda Júnior vai anunciar que vai se filiar ao PSD ainda esta semana

Apoio Sem querer confirmar a filiação de Edivaldo, o presidente estadual do PSD, Edilázio Júnior, e a vereadora Karla Sarney disseram que o partido está apoiando o ex-prefeito de **São Luís**.

Segundo ela, a indicação tem grande perspectiva de êxito. Ela também mencionou o nome da ex-governadora Roseana Sarney (MDB) no debate.

"Ainda tem muita coisa para rolar aqui no Maranhão", disse. A vereadora também destacou o desafio de assumir a presidência do PSD Mulher.

Reunião O governador Flávio Dino reuniu presidentes

de partidos e parte de aliados no Palácio dos Leões ontem.

Este foi o primeiro encontro dos aliados do governador para tratar sobre as eleições de 2022. Outros deverão acontecer nos próximos meses até a definição dos nomes que disputarão o pleito.

Dino falou de datas para definições e também estratégia para definir as chapas majoritária e proporcional de seu grupo.

Alinhamento Antes de chamar os aliados para conversar, o governador Flávio Dino conversou, no fim de semana, com o vice-governador Carlos Brandão (PSDB) e com o senador Weverton Rocha (PDT).

A ideia foi alinhar o discurso que seria apresentado na reunião com os demais aliados e, assim, passar a ideia de união do grupo diante de duas pré-candidaturas.

Os métodos usados nas eleições de 2012 a 2018 pelo grupo do governador é que deverão ser a base para a escolha do nome do grupo dinista.

Avaliação A gestão do prefeito de **São Luís**, Eduardo Braide (Podemos), tem uma avaliação positiva de quase 70%.

É o que mostra a pesquisa Escutec/O Estado. A aprovação da administração de Braide é aprovada por 67% dos eleitores ouvidos no levantamento.

Dos entrevistados, 40% disseram que a gestão municipal é boa.

Outros 14% consideram ótima e 22% regular.

Depoimento A CPI dos Combustíveis vai ouvir hoje o empresário Josival Cavalcante, conhecido como Pacovan. A comissão quer esclarecer por que os postos dele vendem mais combustível do que compram.

Além disso, os postos de Pacovan não estão no nome dele e sim de Rafaely Carvalho, que na semana passada afirmou aos deputados que "somente emprestou o nome".

Ontem, no quadro Bastidores, do Bom Dia Mirante, o presidente da CPI, deputado Duarte Júnior (PSB), garantiu que a investigação sobre postos de

combustíveis será concluída com material consistente sobre irregularidades.

DE OLHO

15 partidos participaram da reunião com o governador Flávio Dino no Palácio dos Leões para tratar sobre as eleições de 2022.

Volta às aulas O **Ministério Público** Estadual se reuniu com representantes da Secretaria Municipal de Educação (Semed) para tratar do retorno das aulas presenciais na rede municipal em agosto.

Promotores e representantes da Prefeitura falaram sobre criação de protocolo sanitário e **vacinação** dos profissionais de educação.

Da reunião com a Semed, o MP levará os assuntos abordados para o comitê gestor de Educação, órgão que tem a participação do sindicato dos professores municipais.

E MAIS

Deputados estaduais e federais, e também vereadoras de **São Luís** comentaram a condenação do empresário Lucas Porto pelo estupro e assassinato da publicitária Mariana Costa.

César Pires (PV), Adriano Sarney (PV), Yglésio Moyses (PDT) e Edilázio Júnior (PSD) falaram em justiça e comemoraram a condenação.

Já as vereadoras Silvana Noely (PTB) e Karla Sarney (PSD) falaram sobre o **combate à violência contra a mulher** ao comentar a condenação de Porto.

39 anos de prisão para o empresário Lucas Porto

Nas primeiras horas do dia 5, em frente ao Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, familiares e amigos de Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto agradeciam, oravam e louvavam, pelo resultado da sentença do julgamento de Lucas Porto. Depois de um julgamento que começou no dia 30 de junho, ele foi condenado a 39 anos de reclusão por estupro e homicídio qualificado, pela morte da publicitária Mariana, ocorrida no dia 13 de novembro de 2016, no apartamento dela, no bairro do Turu.

Após mais de 4 anos de ocorrência do crime e sucessivos adiamentos (24 de fevereiro e depois 24 de maio) a pedido da defesa de Lucas Porto, o julgamento foi concluído no dia 5, e Lucas Porto condenado pelos crimes de estupro e homicídio qualificado por asfixia mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, objetivando ocultar o crime de estupro e feminicídio. Ele vai cumprir a pena inicialmente em regime fechado na Penitenciária de Pedrinhas, onde já estava preso desde a época do crime.

A sessão de julgamento foi presidida pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 4a Vara do **Tribunal do Júri**. Na acusação atuaram os promotores de justiça **Marco Aurélio Ramos Fonseca** e André Charles Alcântara, assistidos pela equipe do advogado Mauro Ferreira, composta por cinco advogados. Na defesa atuou a banca do advogado Ricardo Ponzetto, composta por sete advogados. "Foi uma sentença histórica, esses 39 anos. Foi um marco. A morte de Mariana não foi em vão. Essa sentença vai ser um parâmetro para outros crimes que aconteçam de feminicídio no nosso estado e no nosso país. Mariana não pode mais voltar, mas a honra de Mariana foi defendida pela justiça, pelo **Ministério Público**. É uma defesa da nossa sociedade também. Tudo foi defendido, a nossa vida e a honra das mulheres que continuam morrendo de feminicídio. A gente vai caminhar mais, mas essa sentença foi o Senhor que se levantou para conduzi-la, disse Carolina Costa, irmã de Mariana e vice-presidente do movimento Somos Todos Mariana. Para Susan Lucena, Diretora da Casa da Mulher Brasileira, que fez questão de acompanhar todo o julgamento, a sentença foi a justiça que tanto se tem clamado pelos crimes de feminicídio. "Nós não aceitamos mais feminicídios. Não é só por Mariana, é por todas as mulheres. A gente precisa transformar essa cidade, esse estado,

esse país, em um local seguro para as mulheres. Essa condenação de hoje demonstra a justiça que a gente tanto tem clamado por muitas mulheres", disse.

O **promotor de Justiça** Marco Aurélio Ramos disse que o resultado da sentença refletiu a posição do **Ministério Público**. "Os jurados em uma decisão tranquila e analisando as provas, entenderam que de fato o **Ministério Público**, dede o começo, dizia que o acusado era o autor do crime de estupro e também teria praticado crime de homicídio, nesse sentido entenderam as proposições que foram feitas e as explicações que foram dadas, culminando com a condenação do acusado. O MP não pretende recorrer da pena porque entende que foi colocada em um patamar satisfatório. Esse trabalho foi resultado de uma equipe que trabalhou no sentido de construir um exercício profissional correto e alcançar um resultado positivo. Foi uma demonstração para a sociedade de que a mulher merece ser respeitada e matar nunca será uma alternativa melhor", disse o **promotor de Justiça**.

Na sentença o juiz disse não considerar boa a conduta social do acusado porque ele tinha compulsão por furtar objetos em lojas. O réu, conforme a sentença, não demonstrou arrependimento. "Muito pelo contrário, demonstra frieza em seu comportamento durante e após a consumação dos crimes, fato esse externado perante a família e amigos, consolando a mãe e o esposo da vítima, sua própria esposa e outros familiares." O magistrado negou ao réu o direito de recorrer da decisão em liberdade. Após o julgamento, Lucas Porto foi levado de volta para o presídio. A defesa de Lucas Porto disse que vai recorrer da sentença, alegando a imparcialidade no julgamento.

O julgamento inicialmente, seriam ouvidas 23 pessoas, mas a defesa dispensou duas testemunhas. Marcus Renato Ribeiro Serra Pinto (viúvo da vítima) e Maurício Matos de Matos (delegado de polícia) foram liberados e não prestaram depoimento. Ao todo, 21 testemunhas foram ouvidas.

No quinto dia de julgamento, 4 de julho, foi ouvido o acusado, e logo após os debates entre defesa e acusação (MP) foram iniciados. Após cinco horas de debates (incluindo réplica e tréplica), os sete jurados do Conselho de Sentença, já na madrugada de segunda-feira, 5, se reuniram na sala secreta e

condenaram o réu Lucas Leite Ribeiro Porto. O crime ocorreu no dia 13 de novembro

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2021/oimparcial-36.412.orig.pdf>

MPMA discute com Semed e Comitê Gestor da Educação o retorno às aulas presenciais

O **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Educação, promoveu reunião, na última semana, com representantes da Secretaria Municipal de Educação de **São Luís** (Semed) para dialogar sobre o retorno às aulas presenciais.

Além disso, foram debatidos temas como a **vacinação** dos professores e servidores da educação, melhorias e adaptações estruturais nas escolas municipais.

A reunião, realizada na sede da **Escola Superior do MPMA**, contemplou outros dois pontos de pauta: avaliação do 1º semestre pela Semed e o planejamento do 2º semestre letivo.

Segundo o secretário Marco Moura, o município está planejando o retorno seguro das aulas presenciais. "Só iremos voltar com as aulas presenciais quando for garantida a segurança completa. O trabalho envolve o diálogo com as famílias e entidades da educação sobre o tema. A **vacinação** dos profissionais da educação, a aprovação de um protocolo de saúde nas escolas, a estruturação física e humana das escolas e o acolhimento emocional das equipes, alunos e famílias", afirmou.

Para o **promotor de Justiça** Paulo Avelar, é necessário mudar o quadro da educação no Maranhão.

"É dever nosso acabar com o ciclo vicioso onde alunos saem do ensino fundamental para o ensino médio sem saber praticamente nada. É preciso avançar em questões trabalhistas, evitando deste modo greves que prejudicam inúmeras gerações", ressaltou.

COMITÊ GESTOR DA EDUCAÇÃO Na última sexta-feira, os promotores de justiça da Educação Paulo Avelar e Lindonjonson Gonçalves debateram, enquanto integrantes do Comitê Gestor da Educação, com os demais membros, os protocolos a serem adotados no retorno às aulas presenciais na capital.

Na avaliação do **promotor de justiça** Lindonjonson Gonçalves, a gestão municipal precisa ser mais transparente e deve estar preparada para o diálogo com as entidades de classe.

Para família de Mariana, condenação de Lucas Porto é a justiça sendo feita

Após cinco dias de julgamento, na madrugada dessa segunda-feira (5), o juiz José Ribamar Goulart Heluy anunciou, na madrugada dessa segunda-feira (5), a condenação do empresário Lucas Leite Ribeiro Porto, a 39 anos de prisão em regime fechado, pelos crimes de homicídio qualificado e estupro da publicitária Mariana Costa, filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha neta do ex-presidente da República, José Sarney. Para a família de Mariana, o resultado do júri preserva a honra da vítima e é a justiça sendo feita, mesmo depois de quase cinco anos.

O julgamento ocorreu no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, tendo sido iniciado na manhã da última quarta-feira (30 de junho). Ao final, o empresário Lucas Porto foi condenado a 30 anos por homicídio, com quatro qualificadoras: feminicídio, asfixia, impossibilidade de defesa e ocultação de provas. Sobre as penas, homicídio qualificado tem 12 a 30 anos de cárcere - Lucas pegou pena máxima -; e, por estupro de seis a 12, o acusado pegou nove anos de reclusão. O acusado não reagiu ao ouvir a sentença estipulada pelo juiz. Os jurados demoraram duas horas para decidir o destino do réu. Reunidos em uma sala reservada, eles responderam a um questionário com mais de 15 quesitos.

Mariana Costa foi encontrada morta nua, deitada na cama do seu quarto, apartamento 903, nono andar do Edifício Garvey Park, na Avenida São Luís Rei de França, do bairro Turu, em São Luís. De acordo com o juiz, Lucas premeditou estuprar e assassinar Mariana. "Ele se aproveitou do momento em que ela estava sozinha no apartamento, e no seu horário de descanso", pronunciou o magistrado, ao relatar que o réu tinha saído do bairro da Península para o Turu, atravessando a cidade, e teria tido tempo suficiente para desistir de sua "empreitada criminosa".

José Heluy também mencionou que Lucas não tinha demonstrado arrependimento. "Ele demonstrou total desprezo pela vida de sua ex-cunhada, pois ao sair da casa de Mariana e retornar para o seu apartamento, Lucas, foi para a sauna do seu condomínio", relatou o juiz.

FAMÍLIADIZ QUE JUSTIÇA FOI FEITA "Estamos aliviados, este é o sentimento da família. Sabemos que Mariana não vai mais poder voltar, mas a honra da minha irmã foi preservada", declarou Carolina

Costa, irmã de Mariana e ex-mulher de Lucas Porto.

Sobre a defesa do empresário recorrer ao STJ, Carolina disse que está preparada para esta etapa. "Hoje (ontem), vencemos uma etapa, que foi a condenação do Lucas. Os recursos vão vir, mas nós cremos que também teremos vitórias nos tribunais. Lucas vai cumprir a pena que ele fez, e isto é justiça sendo feita", destacou Carol.

SETE HORAS DE DEBATE O debate foi iniciado às 18h20 da noite de domingo (4), com o **promotor de Justiça Marco Aurélio Ramos Fonseca**. Para ajudar no convencimento dos jurados, Marco Aurélio apresentou fotos de Mariana com amigos e familiares, e vídeos da publicitária na Igreja Assembleia de Deus, no bairro do Olho d'Água, onde ela congregava.

Durante o debate de sete horas entre acusação e defesa, o advogado de Lucas Porto, Aryldo De Paula, que o defende desde abril de 2020, argumentou que Patrícia e Marcus deveriam ter sido investigados.

E durante seu debate, frisou que não havia sinais de agressões no Lucas, de possível reação da vítima sobre situação de luta corporal. Foi categórico também ao reforçar que não teria havido estupro, mas sexo consensual.

Já Ricardo Ponzetto tocou na situação de que o cadáver de Mariana Costa não foi fotografado, por peritos do IML do Maranhão, sendo que fotografias das possíveis marcas de agressões são essenciais para se comprovar ou não a luta corporal entre Lucas e Mariana. "A foto do cadáver mostraria a resposta para todas as lesões supostas pela acusação", destacou Ponzetto.

Os advogados de defesa do empresário Lucas Porto tentaram demonstrar falhas em provas técnicas, e, retoricamente, fizeram um discurso para comover, com argumentos que apelam ao coração. Um vídeo de Lucas dançando com suas filhas, já na fase do debate da sessão do júri, mostrou a imagem de família feliz, do pai dedicado, foi explorado.

De acordo com Ponzetto, após o crime não foi encontrado no Lucas Porto nenhum machucado, que poderia ter sido feito pela publicitária, ao se defender do estupro. Ponzetto chegou a questionar se Mariana

estaria drogada, sendo assim incapaz de se defender. "Seria quase impossível não ter lesões de defesa no acusado", disse Ponzetto, quando também questionou o porquê de, em uma investigação de homicídio e estupro, ser feito exame de gravidez.

Ponzetto mencionou ainda um HD que estaria com todas as imagens movimentação no Edifício Garvey Park, e que o conteúdo do equipamento de armazenamento de mídia sumiu, possivelmente apagado.

DEFESA VAI RECORRER O empresário Lucas Porto está preso desde o ano de 2016, logo após o crime, já tendo cumprido quatro anos e oito meses de prisão. O advogado Ricardo Ponzetto disse que vai recorrer da condenação imputada ao réu, na madrugada de segunda (5).

A defesa de Lucas Porto informou que há, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), pedido de desaforamento, pois entende que havia na capital do Maranhão imparcialidade para que o caso fosse julgado, especialmente por existir uma lei da Assembleia Legislativa alusiva ao fato, estabelecendo, no Estado do Maranhão o Dia do Femicídio no mesmo dia do fato.

JULGAMENTO Foram cinco dias de depoimentos. A sessão de julgamento foi presidida pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, titular da 4ª Vara do **Tribunal do Júri**. Na acusação atuaram os promotores de justiça **Marco Aurélio Ramos Fonseca** e André Charles Alcântara, assistidos pela equipe do advogado Mauro Ferreira, composta por cinco advogados. Na defesa atuou a banca do advogado Ricardo Ponzetto, composta por sete advogados.

No primeiro dia (30 de junho), foram ouvidas quatro testemunhas, sendo duas arroladas pela acusação (um médico psiquiatra e um médico legista) e duas arroladas pela defesa (um médico cardiologista e um morador do prédio onde residia a vítima).

No segundo dia (1º de julho), foram ouvidas cinco testemunhas, sendo uma na parte da manhã (a vizinha que socorreu a vítima, que foi arrolada pelo MP) e quatro na parte da tarde e início da noite (assistentes técnicos contratados pela defesa, sendo um analista de sistemas, um perito audiovisual, um médico psiquiatra e uma psicóloga).

No terceiro dia (2 de julho), foram ouvidas cinco testemunhas. Pela manhã foi um médico perito contratado pela defesa. À tarde e noite, foram ouvidas quatro pessoas - uma médica perita contratada pela defesa; uma das irmãs da vítima que foi arrolada pela defesa e acusação, a prima do viúvo da vítima,

arrolada pela defesa; e a mãe da vítima, arrolada pela acusação (MP) e defesa.

No quarto dia (3 de julho), foram ouvidas sete testemunhas. Pela manhã foram duas - a segunda irmã da vítima; e um delegado da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoas (SHPP), ambas arroladas pela acusação (MP).

Pela tarde e noite, foram ouvidas mais cinco testemunhas - um morador/ síndico do prédio, arrolada pela acusação (MP); um morador do prédio e marido da 5ª testemunha que ajudou a socorrer a vítima, arrolada pela defesa; um delegado/ Superintendente de Homicídio e Proteção à Pessoa (SHPP) e que também comandava as investigações do crime, arrolada pela defesa; a cunhada do viúvo da vítima, arrolada pela defesa; e a mãe do réu, também arrolada pela defesa.

Inicialmente, seriam ouvidas 23 pessoas, mas a defesa dispensou duas testemunhas - Marcus Renato Ribeiro Serra Pinto (viúvo da vítima) e Maurício Matos de Matos (delegado de polícia) foram liberados e não prestaram depoimento. Ao todo, 21 testemunhas foram ouvidas.

No quinto dia (4 de julho), foi ouvido o acusado, e logo após os debates entre defesa e acusação (MP) foram iniciados. Após cinco horas de debates (incluindo réplica e tréplica), os sete jurados do Conselho de Sentença, já na madrugada dessa segunda-feira (5), se reuniram na sala secreta e condenaram o réu Lucas Leite Ribeiro Porto.

RELEMBRE O CASO No dia 13 de novembro de 2021, a publicitária Mariana Costa, de 33 anos, foi encontrada morta no seu apartamento, no nono andar de um condomínio na Avenida Rei de França, no bairro Turu, em São Luís. Ela é filha do ex-deputado estadual Sarney Neto e sobrinha-neta do ex-presidente da República, José Sarney.

Na época, imagens de câmeras de segurança do prédio onde Mariana morava, obtidas pela Polícia Civil do Maranhão, constataram que o então cunhado da vítima, Lucas Porto, esteve por duas vezes no condomínio no dia em que em Mariana foi morta.

À polícia, a família da publicitária também confirmou a presença do suspeito no local.

Desde então, Lucas Porto se tornou o principal suspeito pela morte da publicitária. Ele foi preso e detido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Um mês após a morte de Mariana, a 4ª Vara do **Tribunal do Júri** de São Luís, recebeu a denúncia

feita pelo **Ministério Público do Maranhão (MPMA)**
contra Lucas Porto, pelos crimes de estupro e
homicídio qualificado.

Ontem o réu foi julgado e condenado a 39 anos.

SÃO LUÍS - Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 5, o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos** e participação popular, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios.

"A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sedihpop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do **MPMA** relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

(André Soares / CCOM-MPMA)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/318/20210706.pdf>
<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/318/20210706.pdf>

Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 5, o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos e participação popular**, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios. "A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sedihpop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do **MPMA** relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

Site: <https://omaranhense.com/forca-tarefa-interinstitucional-e-formada-para-coibir-grilagem-de-terras/>

MP-MA propõe ação para fornecimento de energia em povoado

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou, na última quinta-feira (1^o), uma **Ação Civil Pública** contra a empresa Equatorial Maranhão para a regularização do fornecimento de energia elétrica no povoado Cana Brava, localizado no município de Buriti Bravo. Propôs a Ação, com pedido de liminar, o **promotor de justiça** Gustavo Pereira Silva.

de justiça, na ação.

Site: <https://www.portalimaranhao.com.br/mp-ma-propoe-acao-para-fornecimento-de-energia-em-povoado/>

Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 10 mil por dia, enquanto os serviços não forem integralmente estabelecidos, nos padrões legais de adequação, eficiência, segurança e continuidade, devendo a quantia ser destinada ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

Prejuízos

Conforme registrou na manifestação, a Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti Bravo instaurou procedimento para apurar reclamações dos moradores do povoado que apontaram problemas de fornecimento de energia elétrica no local, ocasionados pela ausência de rede elétrica, o que acarreta prejuízos aos consumidores. A falta de energia prejudica, inclusive, a geração de energia para as bombas de água que abastecem o povoado.

Segundo os consumidores, o povoado Cana Brava vem sofrendo constantemente com o problema, sendo que já foram realizadas diversas reclamações para empresa Equatorial, solicitando providências para a regularização do fornecimento de energia. Os requerimentos foram devidamente comprovados ao MP-MA.

Gustavo Pereira Silva afirmou que a empresa Equatorial possui a concessão do serviço público de energia no estado e, por consequente, no território do município de Buriti Bravo, sendo, portanto, a responsável pela implantação e manutenção desse sistema na localidade.

"Tal situação constitui afronta às normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a matéria, tornando imperiosa a intervenção do Poder Judiciário, após a provocação do **Ministério Público**, em favor do povoado Cana Brava, garantindo o acesso integral, seguro e eficiente ao serviço de distribuição de energia elétrica", destacou o **promotor**

POR LERDEZA E INOPERÂNCIA, EQUATORIAL É ACIONADA PELO MP EM BURITI BRAVO (Notícias)

Leandro de Sá

Menu

O **Ministério Público do Maranhão** ajuizou **Ação Civil Pública** contra a empresa Equatorial Maranhão para a regularização do fornecimento de energia elétrica no povoado Cana Brava, localizado no município de Buriti Bravo. Propôs a Ação, com pedido de liminar, o **promotor de Justiça** Gustavo Pereira Silva.

Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa no valor de R\$ 10 mil por dia, enquanto os serviços não forem integralmente estabelecidos, nos padrões legais de adequação, eficiência, segurança e continuidade, devendo a quantia ser destinada ao Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos.

Prejuízos

Conforme registrou na manifestação, a Promotoria de Justiça da Comarca de Buriti Bravo instaurou procedimento para apurar reclamações dos moradores do povoado que apontaram problemas de fornecimento de energia elétrica no local, ocasionados pela ausência de rede elétrica, o que acarreta prejuízos aos consumidores. A falta de energia prejudica, inclusive, a geração de energia para as bombas de água que abastecem o povoado.

Segundo os consumidores, o povoado Cana Brava vem sofrendo constantemente com o problema, sendo que já foram realizadas diversas reclamações para empresa Equatorial, solicitando providências para a regularização do fornecimento de energia. Os requerimentos foram devidamente comprovados ao **MPMA**.

Gustavo Pereira Silva afirmou que a empresa Equatorial possui a concessão do serviço público de energia no estado e, por consequente, no território do município de Buriti Bravo, sendo, portanto, a responsável pela implantação e manutenção desse sistema na localidade.

" Tal situação constitui afronta às normas constitucionais e infraconstitucionais que regem a matéria, tornando imperiosa a intervenção do Poder Judiciário, após a provocação do **Ministério Público**, em favor do povoado Cana Brava, garantindo o acesso integral, seguro e eficiente ao serviço de distribuição de energia elétrica" , destacou o **promotor de justiça**, na ação.

O seu endereço de e-mail não será publicado. Campos obrigatórios são marcados com *

Facebook Instagram

Desculpe, sem enquetes no momento

Direitos Autorais © 2021 - Blog do de Sá . Todos os direitos reservados ®. | Thema de Blog Responsivo por: Jocean Martins

Site: <https://www.blogdodesa.com.br/por-lerdeza-e-inoperancia-equatorial-e-acionada-pelo-mp-em-buriti-bravo/>

MPMA discute com Semed e Comitê Gestor da Educação o retorno às aulas presenciais

O **Ministério Público do Maranhão**, por meio da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Educação, promoveu reunião, na última semana, com representantes da Secretaria Municipal de Educação de **São Luís** (Semed) para dialogar sobre o retorno às aulas presenciais.

Além disso, foram debatidos temas como a **vacinação** dos professores e servidores da educação, melhorias e adaptações estruturais nas escolas municipais.

A reunião, realizada na sede da **Escola Superior do MPMA**, contemplou outros dois pontos de pauta: avaliação do 1º semestre pela Semed e o planejamento do 2º semestre letivo.

Segundo o secretário Marco Moura, o município está planejando o retorno seguro das aulas presenciais. "Só iremos voltar com as aulas presenciais quando for garantida a segurança completa. O trabalho envolve o diálogo com as famílias e entidades da educação sobre o tema. A **vacinação** dos profissionais da educação, a aprovação de um protocolo de saúde nas escolas, a estruturação física e humana das escolas e o acolhimento emocional das equipes, alunos e famílias", afirmou.

Para o **promotor de Justiça** Paulo Avelar, é necessário mudar o quadro da educação no Maranhão.

"É dever nosso acabar com o ciclo vicioso onde alunos saem do ensino fundamental para o ensino médio sem saber praticamente nada. É preciso avançar em questões trabalhistas, evitando deste modo greves que prejudicam inúmeras gerações", ressaltou.

COMITÊ GESTOR DA EDUCAÇÃO Na última sexta-feira, os promotores de justiça da Educação Paulo Avelar e Lindonjonson Gonçalves debateram, enquanto integrantes do Comitê Gestor da Educação, com os demais membros, os protocolos a serem adotados no retorno às aulas presenciais na capital.

Na avaliação do **promotor de justiça** Lindonjonson Gonçalves, a gestão municipal precisa ser mais transparente e deve estar preparada para o diálogo com as entidades de classe.

SÃO LUÍS - Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 5, o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos** e participação popular, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios.

"A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sediipop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do **MPMA** relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

(André Soares / CCOM-MPMA)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/318/20210706.pdf>
<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/318/20210706.pdf>

Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 5, o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos e participação popular**, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios. "A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sedihpop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do **MPMA** relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

Site: <https://omaranhense.com/forca-tarefa-interinstitucional-e-formada-para-coibir-grilagem-de-terras/>

Famem propõe ao MP modelos para consolidar dados de vacinação

gilbertoleda

A Federação dos Municípios do Estado do **Maranhão** (Famem) solicitou ao **Ministério Público** do Estado do **Maranhão (MPMA)**, pedido de mudanças na metodologia de contagem do percentual de vacinação contra a **Covid-19** nos municípios do estado, a fim de cessar distorções sobre o empenho dos gestores em conter a pandemia. Foram elencadas dez sugestões para dar mais transparência sobre o processo. Erros nos critérios de avaliação e monitoramento suspenderam o repasse de doses para 87 municípios.

Na reunião realizada no mês de maio, com participação do **Ministério Público** do Estado do **Maranhão**, representado pelo Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau; pela Defensoria Pública do Estado e Tribunal de Contas do Estado, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, enumerou algumas das causas da inconsistência dos dados no espelhamento da realidade da vacinação nos municípios do **Maranhão**. A Famem volta a recomendar que haja deslocamento da data de recorte dos dados, que vem acontecendo sempre nas sextas-feiras. Esse procedimento desconsidera o trabalho contínuo que as prefeituras vêm realizando no estado do **Maranhão** nos fins de semana.

Dentre as causas descompasso de informações no documento encaminhado pela Famem ao **MPMA** (Veja Aqui) é citado o envio de D2 para os municípios antes do período adequado. Isso acaba gerando queda no percentual de vacinação nos municípios, uma vez que existe um prazo, que pode ser de até três meses dependendo da **vacina**, para aplicação da segunda dose. A Famem sugeriu que as **vacinas** inseridas no estoque sejam contabilizadas apenas um dia útil após o aprazamento acertado.

"Havendo no estoque **vacinas** D1 e D2, a segunda dose não pode ser contabilizada como não aplicada, pois está sendo seguida à risca a posologia, com intervalos entre a primeira e segunda doses. Sem considerar isso, nos dados oficiais contam que a prefeitura recebeu a dose e não as aplicou, o que é uma incoerência", explica Erlanio Xavier.

A diretoria da Famem insiste ainda em evidenciar que uma das causas do descompasso da vacinação efetiva e dos dados apresentados está no próprio

sistema adotado para monitorar o fluxo de atendimento. Os dados considerados sobre doses aplicadas são apresentados pelo portal LOCALIZASUS. Nessas informações são embutidos os números relativos às doses recebidas no mesmo dia.

Em decreto, o governo do estado estabeleceu percentual mínimo de aplicação como meta mínima de cobertura do público para continuidade regular do repasse das doses às prefeituras. Segundo o critério, municípios com vacinação abaixo de 85% ficam suspensos de receber novas remessas.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2021/07/06/famem-propoe-ao-mp-modelos-para-consolidar-dados-de-vacinacao/>

Quadro Bastidores: entrevista com o promotor de justiça da educação Paulo Aberlado

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/07/06/TVMIRANTEAFG>

LOBOSOLUSMA-07.42.06-07.55.43-1625573564.mp4

Famem apresenta ao MP sugestões para dados consistentes sobre percentual de vacinação nos municípios

genivaldo abreu

A Federação dos Municípios do Estado do **Maranhão** (Famem) solicitou ao **Ministério Público** do Estado do **Maranhão (MPMA)**, pedido de mudanças na metodologia de contagem do percentual de vacinação contra a **Covid-19** nos municípios do estado, a fim de cessar distorções sobre o empenho dos gestores em conter a pandemia. Foram elencadas dez sugestões para dar mais transparência sobre o processo. Erros nos critérios de avaliação e monitoramento suspenderam o repasse de doses para 87 municípios.

Na reunião realizada no mês de maio, com participação do **Ministério Público** do Estado do **Maranhão**, representado pelo Procurador Geral de Justiça, Eduardo Nicolau; pela Defensoria Pública do Estado e Tribunal de Contas do Estado, o presidente da Famem, Erlanio Xavier, enumerou algumas das causas da inconsistência dos dados no espelhamento da realidade da vacinação nos municípios do **Maranhão**. A Famem volta a recomendar que haja deslocamento da data de recorte dos dados, que vem acontecendo sempre nas sextas-feiras. Esse procedimento desconsidera o trabalho contínuo que as prefeituras vêm realizando no estado do **Maranhão** nos fins de semana.

Dentre as causas descompasso de informações no documento encaminhado pela Famem ao **MPMA** (Veja Aqui) é citado o envio de D2 para os municípios antes do período adequado. Isso acaba gerando queda no percentual de vacinação nos municípios, uma vez que existe um prazo, que pode ser de até três meses dependendo da **vacina**, para aplicação da segunda dose. A Famem sugeriu que as **vacinas** inseridas no estoque sejam contabilizadas apenas um dia útil após o aprazamento acertado.

Havendo no estoque **vacinas** D1 e D2, a segunda dose não pode ser contabilizada como não aplicada, pois está sendo seguida à risca a posologia, com intervalos entre a primeira e segunda doses. Sem considerar isso, nos dados oficiais contam que a prefeitura recebeu a dose e não as aplicou, o que é uma incoerência, explica Erlanio Xavier.

A diretoria da Famem insiste ainda em evidenciar que uma das causas do descompasso da vacinação efetiva e dos dados apresentados está no próprio sistema adotado para monitorar o fluxo de atendimento. Os dados considerados sobre doses aplicadas são apresentados pelo portal LOCALIZASUS. Nessas informações são embutidos os números relativos às doses recebidas no mesmo dia.

Em decreto, o governo do estado estabeleceu percentual mínimo de aplicação como meta mínima de cobertura do público para continuidade regular do repasse das doses às prefeituras. Segundo o critério, municípios com vacinação abaixo de 85% ficam suspensos de receber novas remessas.

Postado por genivaldo abreu às

Enviar por e-mail Postar no blog! Compartilhar no Twitter Compartilhar no Facebook Compartilhar com o Pinterest

Postagem mais antiga Página inicial

Assinar: Postar comentários (Atom)

abreu.genivaldo@live.com

Tecnologia do Blogger .

Site: <http://www.genivaldoabreu.com.br/2021/07/famem-apresenta-ao-mp-sugestoes-para.html>

Ataque a agência do Bradesco na cidade Monção

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/07/06/TVMIRANTEAFG>

LOBOSOLUSMA-06.19.00-06.23.33-1625572210.mp4

Polícia prende suspeito de matar ex-companheira com tiro de espingarda

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2021/07/06/TVMIRANTEAFG>

LOBOSOLUSMA-07.58.58-08.01.19-1625573781.mp4

Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Em reunião realizada nesta segunda-feira, 5, o procurador-geral de justiça do **MPMA**, Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos e participação popular**, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios. "A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sedihpop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do **MPMA** relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

Site: <https://omaranhense.com/forca-tarefa-interinstitucional-e-formada-para-coibir-grilagem-de-terras/>

Força-tarefa interinstitucional é formada para coibir grilagem de terras

Da Redação, com informações da Assessoria

Em reunião realizada nesta segunda-feira (5), o procurador-geral de justiça do **Ministério Público do Maranhão** (MP-MA), Eduardo Nicolau, o secretário estadual de **direitos humanos** e participação popular, Francisco Gonçalves e outros atores deliberaram criação de força tarefa interinstitucional para atuar no combate aos **conflitos agrários** e crimes de natureza socioambientais no Estado. Como encaminhamento, uma reunião mais ampliada foi agendada.

Após apresentação de relatórios com indicadores pela equipe do governo estadual ao procurador-geral de justiça, foi criada a força-tarefa para a tomada de providências pelos órgãos públicos contra os problemas relatados. A equipe será formada, inicialmente, pela Promotoria de Justiça Agrária e pelo Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, com previsão de outros órgãos juntarem-se aos trabalhos.

Segundo o procurador geral de justiça, Eduardo Nicolau, é fundamental que seja feito algo para minimizar os problemas existentes nos territórios. "A força-tarefa está sendo formada para combater a grilagem de terra, crimes socioambientais e principalmente assegurar o direito de comunidades tradicionais. Vamos fazer o que for necessário para melhorar o Maranhão", relatou.

Os promotores de justiça, Haroldo Paiva de Brito e Luís Fernando Cabral Barreto Junior, a subprocuradora-geral de justiça Regina Leite também participaram da reunião. Do Governo do Estado, estiveram presentes os secretários-adjuntos da Sedihpop, Jonata Galvão e Lissandra Leite, a coordenadora-adjunta do pacto pela paz Amanda Costa.

A reunião teve como pauta, ainda, as ações do MP-MA relativas a problemas estruturais de alguns conselhos tutelares.

Site: <https://oimparcial.com.br/noticias/2021/07/forca-tarefa-interinstitucional-e-formada-para-coibir-grilagem-de-terras/>

Rede municipal prevê volta às aulas presenciais para agosto

Bárbara Lauria / O Estado 06/07/2021 às 00h00

São Luís - Com o avanço da imunização em **São Luís**, em mais de 80% da população que pode ser vacinada, a Prefeitura de **São Luís**, por meio da Secretaria **Municipal de Educação** (Semed), está planejando o retorno gradual das **aulas** presenciais dos alunos da rede **municipal** para o segundo semestre de 2021. Ainda sem data oficial, a previsão do retorno é para o mês de agosto, e deve começar pela Unidade **Educação** Básica (UEB) Senador Miguel Lins, na região do Ipbse de Baixo.

Na última quinta-feira, 1º, o secretário **municipal de educação**, Marco Moura, se reuniu na Câmara **Municipal** com a Comissão de **Educação**, Cultura, Desporto e Lazer, para definir protocolos e medidas para que o retorno das **aulas** presenciais ocorra de forma segura.

"A previsão é de que os estudantes só retornem às escolas a partir do segundo semestre, provavelmente, em agosto e, de forma gradual", afirmou Marco Moura, acrescentando que não tinha como especificar uma data, pois era necessário a autorização para **vacinação** das crianças e adolescentes.

Durante a reunião, também foi abordado a respeito das mudanças estruturais necessárias em algumas escolas, para receber os alunos de forma adequada durante o segundo semestre. De acordo com a Semed, no início do ano foi realizado um diagnóstico nos prédios que abrigam as escolas, para constatar os **problemas** físicos. A partir daí, foi possível verificar quais escolas precisavam das intervenções necessárias para receber os alunos no segundo semestre. Durante a reunião, o secretário apresentou um relatório das reformas já executadas em algumas unidades escolares e as que necessitam com maior urgência, além de ações de fortalecimento no ensino remoto.

Procurada por O **Estado**, a Secretaria **Municipal de Educação** (Semed) informou, em nota, que está elaborando um protocolo sanitário com a participação da Vigilância Epidemiológica de **São Luís** (SVES). O documento possui a ciência e a colaboração das Promotorias de **Educação (Ministério Público)**, do Conselho **Municipal de Educação** (CME), do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede

Municipal de São Luís (SindEducação) e de representantes das famílias dos alunos. Em paralelo a isso, a Semed ressalta que **São Luís** é a capital brasileira com a **vacinação** mais avançada em todo o Brasil e foi a primeira capital do Nordeste a vacinar os profissionais da **educação**, dando a condição principal para o retorno das **aulas** presenciais.

Riscos

De acordo com o epidemiologista Antônio Augusto Moura, o retorno das **aulas** durante um momento de alta transmissão no **estado**, e sem a imunização de crianças e adolescentes, pode aumentar o número de casos nos mais jovens.

"Neste momento a transmissão da doença no **Maranhão** ainda é alta ou muito alta, segundo dados da Fiocruz. Como a maioria dos grupos escolares ainda não estão vacinados, o retorno às **aulas** agora provavelmente vai provocar um aumento da transmissão entre os jovens. É necessário aguardar a amplificação da **vacinação** e que a transmissão esteja baixa para se indicar o retorno às atividades presenciais", destacou o epidemiologista.

Na última segunda-feira, 28, o prefeito Eduardo Braide (Podemos), anunciou em entrevista ao GloboNews, pedido de autorização ao Ministério da **Saúde** para dar início à **vacinação** em adolescentes de 12 a 17 anos de idade contra a **Covid-19** na capital. De acordo com o gestor, isso é possível uma vez que o **município** já conseguiu aplicar pelo menos a primeira dose de **vacina** em cerca de 84% da população adulta.

Ele também citou o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter autorizado a utilização da **vacina** Pfizer em adolescentes a partir de 12 anos no país. Esse público, contudo, ainda não entrou no cronograma do Plano Nacional de Imunização (PNI), porque a maior parte das cidades do país ainda não avançou no processo de **vacinação**.

Se o Ministério da **Saúde** conceder a autorização, **São Luís** pode se tornar a primeira capital do país a vacinar adolescentes desta faixa etária.

SAIBA MAIS

Rede Estadual e Privada

Conforme reportagem de O **Estado** no último dia 17 de junho, Instituições filiadas ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do **Maranhão** (Sinepe) analisam a volta às **aulas** totalmente presenciais para depois das férias de julho, ou seja, no mês de agosto, mas com a cautela que o tema requer. A informação foi confirmada pelo presidente da entidade, Paulino Pereira. O retorno às **aulas** presenciais está diretamente relacionado à aceleração do processo de **vacinação** em **São Luís**. As **aulas** nas escolas da rede estadual também deverão ser retomadas em agosto.

Na opinião do secretário de **Estado** da **Educação**, Felipe Camarão, o governo estadual e a prefeitura **municipal** estão trabalhando a contento as estratégias de **vacinação**. Por essa razão, ela acredita que, no final do mês de julho, será concluída a **vacinação** de todos os profissionais da **Educação**, inclusive com a segunda dose. "Nós estamos avançando, também, com a imunização de outros grupos da sociedade. E isto nos motiva a começar a pensar no retorno das **aulas** presenciais no mês de agosto", disse.

Leia mais notícias em OEstadoMA.com e siga nossas páginas no Facebook , no Twitter e no Instagram . Envie informações à Redação do Jornal de O **Estado** por WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2564.

Saiba mais de Cidades

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/07/06/rede-municipal-preve-volta-as-aulas-presenciais-para-agosto/>

Polícia investiga primeira explosão a banco em 2021 no Maranhão em Monção

Camilo Durans

A Polícia Civil do Maranhão enviou uma equipe do Departamento de Combate ao Roubo de Instituições Financeiras (Decrif/Seic) para o município de Monção, com o objetivo de fazer os primeiros levantamentos na investigação da primeira explosão de banco realizada em 2021 no Maranhão, que foi registrada no município.

De acordo com a polícia, na madrugada de ontem (05), os assaltantes estavam fortemente armados e renderam pessoas que estavam próximo a agência do Banco do Bradesco. Os policiais ficaram impossibilitados de sair da base, pois os suspeitos estavam armados com arma de grosso calibre e atirando na base da PM.

O Sindicato dos Bancários enviou uma nota sobre o ocorrido.

Confira a nota:

Diante do assalto ocorrido à agência do Bradesco, na madrugada desta segunda-feira (05/07), na cidade de Monção, o primeiro efetivamente registrado neste ano, o Sindicato dos Bancários do Maranhão (SEEB-MA) espera que as autoridades públicas se juntem ao SEEB-MA e exijam dos bancos o cumprimento da Lei Estadual nº 10.605 de 2017, que obriga as instituições financeiras a manterem vigilantes 24h por dia em todos os estabelecimentos bancários do Estado, o que coibiria a ação dos assaltantes.

Vale ressaltar que, até hoje, essa Lei é ignorada pelos bancos, os quais - em nome do lucro - preferem colocar em risco a segurança da população e dos bancários ao invés de contratar a vigilância noturna, conforme determina a legislação estadual. Em tempo, o SEEB-MA espera, ainda, que a Secretaria de **Segurança Pública** (SSP-MA) intensifique os investimentos nos serviços de inteligência e continue a atuar com a mesma diligência dos últimos meses, a fim de desarticular essa quadrilha, evitando, assim, novas explosões de agências e/ou caixas eletrônicos, conduta criminosa que, além de colocar em risco a vida dos maranhenses, prejudica os usuários dos bancos e piora as condições de trabalho da categoria bancária.

Site: <https://www.ma10.com.br/2021/07/06/policia-investiga-primeira-explosao-a-banco-em-2021-no-maranhao-em-moncao/>

Rede municipal prevê volta às aulas presenciais para agosto

São Luís - Com o avanço da imunização em **São Luís**, em mais de 80% da população que pode ser vacinada, a Prefeitura de **São Luís**, por meio da Secretaria **Municipal de Educação** (Semed), está planejando o retorno gradual das **aulas** presenciais dos alunos da rede **municipal** para o segundo semestre de 2021. Ainda sem data oficial, a previsão do retorno é para o mês de agosto, e deve começar pela Unidade **Educação** Básica (UEB) Senador Miguel Lins, na região do Ipbse de Baixo.

Na última quinta-feira, 1º, o secretário **municipal de educação**, Marco Moura, se reuniu na Câmara **Municipal** com a Comissão de **Educação**, Cultura, Desporto e Lazer, para definir protocolos e medidas para que o retorno das **aulas** presenciais ocorra de forma segura.

"A previsão é de que os estudantes só retornem às escolas a partir do segundo semestre, provavelmente, em agosto e, de forma gradual", afirmou Marco Moura, acrescentando que não tinha como especificar uma data, pois era necessário a autorização para **vacinação** das crianças e adolescentes.

Durante a reunião, também foi abordado a respeito das mudanças estruturais necessárias em algumas escolas, para receber os alunos de forma adequada durante o segundo semestre. De acordo com a Semed, no início do ano foi realizado um diagnóstico nos prédios que abrigam as escolas, para constatar os **problemas** físicos. A partir daí, foi possível verificar quais escolas precisavam das intervenções necessárias para receber os alunos no segundo semestre. Durante a reunião, o secretário apresentou um relatório das reformas já executadas em algumas unidades escolares e as que necessitam com maior urgência, além de ações de fortalecimento no ensino remoto.

Procurada por O **Estado**, a Secretaria **Municipal de Educação** (Semed) informou, em nota, que está elaborando um protocolo sanitário com a participação da Vigilância Epidemiológica de **São Luís** (SVES). O documento possui a ciência e a colaboração das Promotorias de **Educação (Ministério Público)**, do Conselho **Municipal de Educação** (CME), do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede **Municipal de São Luís** (SindEducação) e de representantes das famílias dos alunos. Em paralelo a

isso, a Semed ressalta que **São Luís** é a capital brasileira com a **vacinação** mais avançada em todo o Brasil e foi a primeira capital do Nordeste a vacinar os profissionais da **educação**, dando a condição principal para o retorno das **aulas** presenciais.

Riscos

De acordo com o epidemiologista Antônio Augusto Moura, o retorno das **aulas** durante um momento de alta transmissão no **estado**, e sem a imunização de crianças e adolescentes, pode aumentar o número de casos nos mais jovens.

"Neste momento a transmissão da doença no **Maranhão** ainda é alta ou muito alta, segundo dados da Fiocruz. Como a maioria dos grupos escolares ainda não estão vacinados, o retorno às **aulas** agora provavelmente vai provocar um aumento da transmissão entre os jovens. É necessário aguardar a amplificação da **vacinação** e que a transmissão esteja baixa para se indicar o retorno às atividades presenciais", destacou o epidemiologista.

Na última segunda-feira, 28, o prefeito Eduardo Braide (Podemos), anunciou em entrevista ao GloboNews, pedido de autorização ao Ministério da **Saúde** para dar início à **vacinação** em adolescentes de 12 a 17 anos de idade contra a **Covid-19** na capital. De acordo com o gestor, isso é possível uma vez que o **município** já conseguiu aplicar pelo menos a primeira dose de **vacina** em cerca de 84% da população adulta.

Ele também citou o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter autorizado a utilização da **vacina** Pfizer em adolescentes a partir de 12 anos no país. Esse público, contudo, ainda não entrou no cronograma do Plano Nacional de Imunização (PNI), porque a maior parte das cidades do país ainda não avançou no processo de **vacinação**.

Se o Ministério da **Saúde** conceder a autorização, **São Luís** pode se tornar a primeira capital do país a vacinar adolescentes desta faixa etária.

SAIBA MAIS

Rede Estadual e Privada

Conforme reportagem de O **Estado** no último dia 17

de junho, Instituições filiadas ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do **Maranhão** (Sinepe) analisam a volta às **aulas** totalmente presenciais para depois das férias de julho, ou seja, no mês de agosto, mas com a cautela que o tema requer. A informação foi confirmada pelo presidente da entidade, Paulino Pereira. O retorno às **aulas** presenciais está diretamente relacionado à aceleração do processo de **vacinação** em **São Luís**. As **aulas** nas escolas da rede estadual também deverão ser retomadas em agosto.

Na opinião do secretário de **Estado** da **Educação**, Felipe Camarão, o governo estadual e a prefeitura **municipal** estão trabalhando a contento as estratégias de **vacinação**. Por essa razão, ela acredita que, no final do mês de julho, será concluída a **vacinação** de todos os profissionais da **Educação**, inclusive com a segunda dose. "Nós estamos avançando, também, com a imunização de outros grupos da sociedade. E isto nos motiva a começar a pensar no retorno das **aulas** presenciais no mês de agosto", disse.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2021/07/06/rede-municipal-preve-volta-as-aulas-presenciais-para-agosto/>